

Para a AJAP é necessário e urgente:

1º - Para a AJAP é necessário e urgente, rejuvenescer o setor – somos os menos jovens e os mais velhos da Europa.

A renovação geracional é um desafio que nos convoca a todos, sejam agentes públicos ou privados. Lembramos que a nova geração de Jovens Agricultores possui elevados níveis de conhecimento, capacitação técnica e tecnológica e fazem a diferença todos os dias nos campos agrícolas do País. Muitos deles, utilizando ferramentas de Inteligência Artificial e Agricultura de Precisão, inovando nas suas explorações e provando que é possível inovar num setor cada vez mais moderno que produz alimentos de forma cada vez mais eficiente e sustentável. Nesse sentido urge redefinir, e simplificar medidas destinadas aos Jovens Agricultores, **o acompanhamento técnico é fundamental**, nunca foi implementado no país um mecanismo desta natureza vocacionado para Jovens Agricultores. Em face da necessidade de instalar mais Jovens Agricultores, o número de instalações apontado pelo PEPAC, fica muito aquém das reais necessidades do país.

2º - Para a AJAP é necessário e urgente, atacar de frente o problema do acesso ao crédito e à terra. O problema do acesso ao crédito tem de ser resolvido, projetos aprovados e em início de execução, com garantias que os agricultores vão receber parte do investimento a fundo perdido têm de funcionar como uma garantia real para a banca. Seja pela via do Banco de Fomento, pelo BCE, ou via BEI, o Governo tem de assegurar juros bonificados e prazos ajustados à realidade de cada Jovem Agricultor e de cada exploração. O valor da terra, devido a vários fatores, está efetivamente bastante inflacionado, mas não existe nenhuma medida, por exemplo, bancária, com juros bonificados e a prazos a 20 anos, para a aquisição de terra, prioritária para Jovens Agricultores, mas disponível aos restantes agricultores. O Governo, na nossa perspetiva, devia empenhar-se também neste dossiê. Impõe-se a questão e as Terras do Estado, já estão a produzir, é preciso olhar de novo para o Banco de Terras, e ver de que forma as terras disponíveis do Estado e de privados poderiam surgir de forma organizada e disponíveis para quem efetivamente as procura.

3º - Para a AJAP é necessário e urgente, atacar o problema da burocracia, tem de existir maior sintonia entre Ministérios (Agricultura e Ambiente), e organismos que têm responsabilidades, em licenças de exploração de água (APA), construções (municípios), por forma a facilitar e não complicar a vida a quem trabalha e a quem quer trabalhar e investir. A redução da burocracia é crucial, pois muitas vezes obstaculiza o avanço dos projetos, tal como a redução da complexidade no processo dos pedidos de pagamento ao organismo pagador, o IFAP.

4º - Para a AJAP é necessário e urgente, estabelecer um regime de Benefícios fiscais, IRS, IRC, Segurança Social aos jovens agricultores; propomos a isenção das contribuições para a Segurança Social, durante os primeiros três anos de instalação; isenção de IRS/IRC (conforme situação) dos subsídios ao investimento e nos subsídios à exploração, o ideal seria até ao fim do vínculo contratual da candidatura como o Jovem Agricultor.

5º - Para a AJAP é necessário e urgente, redefinir o Plano Nacional de Regadio, pois a água é fundamental para a agricultura. A Água, é a prioridade das prioridades, e pela qual a AJAP se tem batido, há anos. Recentemente, o Governo apresentou a sua estratégia para o setor, garantindo um alívio maior para os agricultores. Vemos com agrado os investimentos anunciados para o reforço das medidas de eficiência hídrica, mas consideramos ser essencial que o Governo reveja o Plano Nacional de Regadio. Recordamos que só retemos 20% da água que cai no território, por isso, é imperativo aumentar o armazenamento de água por forma a evitar que a grande maioria continue a escorrer para o mar, a simplificação das medidas para investimentos de captação de água nas explorações impõe-se, como se impõe a necessidade de projetar a construção de mais 3 a 4 barragens, não só para irrigar diretamente como também para alimentar barragens públicas existentes, mas que não têm capacidade de resistir à seca de maior escala. Outras hipóteses têm igualmente de ser avaliadas nomeadamente a questão dos transvases e pontualmente a necessidade de adotar práticas agrícolas mais sustentáveis, resilientes e cada vez mais eficientes no consumo de água são igualmente fundamentais e urgentes.

6º - Para a AJAP é necessário e urgente, e reposição das DRAP(s), à sua versão anterior.

A AJAP discordou, desde a primeira hora, da integração das DRAP nas CCDR, processo já consumado. Este foi um processo político, levado a cabo pelo anterior Governo, onde os agricultores não foram ouvidos e, muito menos, as Confederações agrícolas. Na nossa opinião, este foi um erro grave que tem de ser corrigido e apelamos ao novo Ministro da Agricultura que reverta esta decisão, que põe em causa a importância estratégica do setor na economia nacional. A agricultura representa uma mancha significativa do território nacional (acrescentando as áreas de matos e incultos às áreas agrícolas e florestais). É essencial que as DRAP voltem a ter a importância que sempre tiveram, enquanto garante de coordenação estratégica do Ministério da Agricultura, são entidades fundamentais para garantir uma política equilibrada e próxima de cada agricultor deste País.

7º - Para a AJAP é necessário e urgente, que o Governo tenha uma estratégia de combate ao abandono e desertificação dos territórios rurais.

A revitalização dos territórios rurais passa pelo rejuvenescimento das atividades existentes (agricultura e outras), e pelo surgimento de novas atividades associadas à tecnologia e à digitalização. Torna-se premente e necessário encontrar novas sinergias, novos incentivos, melhorar e agrupar apoios existentes, bem como sensibilizar as diferentes áreas da governação e seus contributos, para enfrentar o desafio do rejuvenescimento, revitalização, reconversão e inovação dos sistemas produtivos, valorização dos produtos, procura de novos clientes, apostando nos valores da sustentabilidade, e na valorização dos recursos e da biodiversidade. Neste aspeto, reforçamos a necessidade de dar ímpeto à figura do **JER – Jovem Empresário Rural** (criado oficialmente pelo Decreto-Lei n.º 9/2019, de 18 de janeiro e Portaria n.º 143/2019, de 14 de maio), de extrema importância para a AJAP, mas acima de tudo, para o desenvolvimento do País. Trata-se de uma figura que promove o empreendedorismo no mundo rural e que pretende instalar e fixar jovens nestas zonas, em iniciativas empresariais, ideias de negócio e *startups* associadas a vários setores da atividade económica. Atividades complementares da Agricultura, como o turismo, desportos da natureza, caça, pesca, bem como a preservação e conservação da natureza e dos ecossistemas são áreas importantes para o futuro e podem assegurar rentabilidade. A par destas, outras vão surgir pela via da digitalização, inovação e novas tecnologias. Esta figura JER nasce no Ministério da Agricultura, mas entronca na Coesão Territorial, Economia e Juventude. Apelamos, portanto, a que o Governo tenha em atenção esta realidade indelével e atue através da criação de uma *taskforce* assente nestes quatro Ministérios por forma a que ainda possamos ir a tempo de equilibrar o desenvolvimento do País e salvar mais de 80% do seu território. Estamos certos de que só uma lógica interministerial, que traduz complementaridade, sem sobreposição entre si, pode unir e desenvolver o território, bem como o seu espaço em matéria de operacionalização com objetivos comuns. A figura do JER e dos Jovens Agricultores são imprescindíveis no desenvolvimento destes territórios e acreditamos que serão decisivas para combater a desertificação de muitas regiões do País em quase declínio absoluto.